

De americanismos, de -ismos: definir um conceito¹

De americanismos, de -ismos: definir un concepto

Soledad Chávez Fajardo* 

Alejandra Olivares Luiz** 

Caroline Kunrath*** 

RESUMO: Este artigo trata sobre o *americanismo léxico*: sua historiografia e uma proposta de tipologização. Por sua vez, a proposta é trabalhá-lo e entendê-lo como conceito (Koselleck). O motivo para retomar um conceito que já foi trabalhado a partir de uma perspectiva historiográfica (Rabanales, Bohórquez, entre outros) é porque seguem ocorrendo imprecisões e anfibologias a respeito de seus valores e sentidos. Ademais, as historiografias chave devem ser atualizadas, sobretudo com as visões críticas apresentadas a partir do século XXI. Desse modo, o trabalho a seguir propõe a realização de um rastreamento do conceito de americanismo léxico ao longo dos séculos, desde sua origem na tradição lexicográfica norte-americana, até a tradição hispano-americana seguida na atualidade. Como embasamento teórico, o texto discorre a partir das reflexões de Koselleck (1993), para quem as análises particulares de um conceito somente se unem a partir de um método filológico-histórico. Para efetuar-lo, não são apresentadas somente as historiografias principais (Rabanales, 1953; Bohórquez, 1984; Pottier Navarro, 1922; Donadío Copello, 2005), — ao longo das quais houve propostas para delimitar o americanismo léxico por meio de noções exclusivas, geográficas e de frequência de uso —, mas a presente historiografia também inclui novas maneiras de abordar do conceito vindas no século XXI. Entre essas, estão as propostas realizadas pela perspectiva da dialetologia, como a forma *estendida*, de Donadío Copello (2005), e a noção *caracterizadora* de Company (2007), e as da lexicologia e semântica históricas, como a do conceito em diacronia, de Ramírez Luengo (2012, 2014 e 2017), — considerada a mais próxima ao tratamento do americanismo como conceito —, e a proposta do ponto de vista da metodologia em trabalhá-lo a partir de um cotejo filológico, apresentada por Chávez Fajardo (2022). Com essa compilação, busca-se estabelecer uma tipologização do conceito em questão,

¹ Artigo originalmente publicado em espanhol, no *Boletín de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (BSEHL), n. 17, p. 159-193, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10423461>. A tradução foi autorizada pelo BSEHL.

* Autora - Doutora em Estudos Hispânicos pela Universidad Autónoma de Madrid, Espanha. Professora titular da Universidade do Chile (UCh). schavez@uchile.cl.

** Tradutora - Estudante de Bacharelado em Letras - Tradutor Português e Espanhol na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). alejandraalvarez12@gmail.com.

*** Tradutora - Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). carolinekunrath96@gmail.com.

notando que somente pode ser compreendido a partir de seu dinamismo, mudança e historicidade.

PALAVRAS-CHAVE: Conceitos. Lexicologia. Lexicografia. Historiografia linguística. Espanhol da América.

RESUMEN: Este artículo trata acerca del *americanismo léxico*: su historiografía y una propuesta de tipologización. A su vez, la propuesta es trabajarlo y entenderlo en tanto concepto (Koselleck). La razón para retomar un concepto que ya ha sido trabajado desde una perspectiva historiográfica (Rabanales, Bohórquez, entre otros) es porque siguen dándose imprecisiones y anfibologías respecto a sus valores y sentidos. Asimismo, historiografías clave deben ser actualizadas, sobre todo con miradas críticas a partir de este siglo. De esta manera, el trabajo a continuación se propone a hacer un rastreo del concepto de americanismo léxico a lo largo de los siglos desde su origen en la tradición lexicográfica norteamericana hasta la tradición hispanoamericana seguida actualmente. Como fundamentación teórica, el texto lo hace con base en Koselleck (1993), a quien los análisis particulares de un concepto sólo se unen desde un método filológico-histórico. Para eso, no solamente están figuradas las principales historiografías (Rabanales, 1953; Bohórquez, 1984; Pottier Navarro, 1922; Donadío Copello, 2005), —a lo largo de las cuales hubo propuestas de delimitación del americanismo a través de nociones privativas, geográficas y de frecuencia de uso—, sino que también la presente historiografía incluye nuevas formas de abordar del concepto en el siglo XXI. Entre estas, están las realizadas desde la perspectiva de la dialectología, como la forma *extendida* de Donadío Copello (2005) y la noción *caracterizadora* de Company (2007), y las de la lexicología y semántica históricas, como la del americanismo léxico en diacronía de Ramírez Luengo (2012, 2014 y 2017), —considerada la más cercana al tratamiento de un concepto—, y la propuesta desde la metodología de trabajar el concepto a partir de un cotejo filológico presentada por Chávez Fajardo (2022). Con base en este recabo, se busca establecer una tipologización del concepto en cuestión, el que solo puede entenderse desde su dinamismo, cambio e historicidad.

PALABRAS CLAVE: Conceptos. Lexicología. Lexicografía. Historiografía lingüística. Español de América.

1. Introdução

No presente artigo, quero discorrer sobre o conceito de americanismo léxico e realizar sua historiografia correspondente. Para isso, parto das seguintes perguntas de pesquisa: Existe, atualmente, um esclarecimento em torno do conceito de americanismo léxico? Como o conceito tem sido abordado desde a primeira aparição de que temos registro? Existe a possibilidade de estabelecer tipologias em relação à forma como o conceito tem sido abordado?

Além de tentar responder essas perguntas, procuro atingir dois objetivos neste trabalho: em primeiro lugar, construir uma historiografia do conceito; em segundo

lugar, quero apresentar uma proposta sobre como abordar e entender esse conceito que, na maioria das vezes, é bastante impreciso ou tende a ser generalizado. Com o alcance desses dois objetivos, desejo contribuir com a maior quantidade de informação possível a respeito do americanismo léxico, por meio do rastreamento da bibliografia disponível, principalmente em estudos linguísticos e filológicos.

Em relação à metodologia utilizada para poder trabalhar com a historiografia do conceito e com a possível tipologização do americanismo léxico, decidi trabalhar com um *modus operandi* filológico-histórico mais clássico (e inevitável): fazer um rastreamento do conceito (e de seus derivados, como o tratamento que foi dado para alguns -ismos, que será visto mais adiante) em produções filológicas, linguísticas (principalmente a dialetologia), lexicográficas e lexicológicas. Ao localizar essas menções, com a grande ajuda de algumas das historiografias e monografias acerca do conceito (Rabanales, 1953; Bohórquez, 1984; Pottier Navarro, 1922; Donadío Copello, 2005)², além do auxílio de estudos linguísticos do tipo — sobretudo publicados no século XXI —, a pesquisa tem como finalidade reunir citações, reflexões, definições e posturas críticas e trabalhá-las para apresentar, em última instância (ver anexo), uma proposta temática e historiográfica do conceito.

2. Por que *conceito*?

Entendo que *americanismo léxico* é um *conceito*, ou seja, uma unidade de conhecimento relacionada com a própria existência dos seres humanos em determinados períodos. Nas palavras de Koselleck, quando um termo ou uma ideia carregam diversas conotações particulares, convertem-se em um conceito. Quer dizer, uma palavra: “se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela” (Koselleck,

² Ver, também, meu “Americanismos, americanismo. Radiografía de una polisemia” (2021) em que, apesar de apresentar uma breve historiografia do conceito de americanismo léxico, foco, sobretudo, na polissemia do americanismo e como cada um de seus sentidos e acepções foram se construindo.

1993, p. 117), algo que podemos encontrar ao longo de todo este artigo, principalmente ao reconstruir uma historiografia do americanismo léxico. Portanto, é possível entender um conceito “na medida em que este condensa uma experiência histórica e articula redes semânticas” (Palti, 2021, p. 66), um ponto que me interessa trabalhar especialmente a partir da lexicologia histórica porque, comumente, alguns conceitos, digamos, “cabeludos”, não têm sido tratados como deveriam: como conceitos. Na introdução de *Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland* [Conceitos históricos fundamentais: léxico histórico da linguagem político-social na Alemanha], Koselleck afirmava que muitos conceitos têm sido conservados desde sua formação na antiguidade e estruturam o vocabulário político-social na atualidade (Koselleck, 2009, p. 93), sempre com um significado modificado. *Mutatis mutandis*, pode-se afirmar algo semelhante com alguns dos conceitos linguísticos. No caso em particular, com aquele que nos convoca. Palti descreve o conceito como um espaço no qual se encontram sentidos sedimentados, “correspondentes a épocas e circunstâncias de enunciação diversas, que são postas em jogo em cada um de seus usos efetivos (ou seja, torna sincrônico o que é diacrônico)” (Palti, 2021, p. 66), precisamente porque “a diversidade da experiência histórica de tempos passados ou presentes sempre esteve estampada nos conceitos nas diferentes línguas e em suas traduções” (Koselleck, 2009, p. 93). Essa apreciação é crucial, pois o que será visto — ao longo do rastreamento do termo e como o conceito vai se construindo — é que somente se pode entender o americanismo léxico a partir da sua dinamicidade e historicidade. Nas palavras de Palti, o conceito possui um caráter plurívoco: “Tal plurivocidade sincrônica tem, dessa forma, fundamentos diacrônicos, o que indica uma assincronia inevitável” (Palti, 2021, p. 66). O ponto em destaque é que o conceito transcende seu contexto de origem e é projetado no tempo: “uma vez cunhado, um conceito contém em si mesmo a possibilidade puramente linguística de ser usado de forma generalizadora” (Koselleck, 1993, p. 123), portanto é fundamental delimitar o conceito de americanismo léxico neste caso, pois é pouco científico

generalizá-lo precipitadamente. Apresento, sob a voz de Palti, o “rendimento específico” da história conceitual: “ao liberar os conceitos [...] de seu contexto situacional e ao seguir seus significados através do curso do tempo para organizá-los, as análises históricas particulares de um conceito se acumulam em uma história do conceito. É unicamente neste plano que o método histórico-filológico se eleva a história conceitual. É unicamente neste plano que a história conceitual perde seu caráter subsidiário da história social” (Koselleck, 1993, p. 113). Aqui está o cruzamento chave entre os conceitos e a leitura de Koselleck e sua escola, tendo em vista que a melhor forma de trabalhar um conceito é por meio de um trabalho filológico-histórico. Ou seja, é perceber a historicidade e plurivocidade que contém. Em síntese, os conceitos servem para articular diversas experiências sociais, “formam redes discursivas que atravessam épocas e transcendem as esferas de sociabilidade imediata, servem como indicadores das variações estruturais” (Palti, 2021, p. 67). Dessa forma, com cada conceito, “estabelecem-se determinados horizontes, mas também se estabelecem limites para a experiência possível e para a teoria concebível” (Koselleck, 1993, p. 128). Quero insistir na questão do americanismo léxico como um conceito e que, como será visto ao longo do artigo, é possível tratá-lo e entendê-lo por si só.

A propósito do conceito de americanismo léxico e do que já foi trabalhado a respeito, duas historiografias são conhecidas por abordar a questão léxica: a que Jesús Bohórquez trabalhou em uma monografia em 1984 (*Concepto de 'americanismo' en la historia del español*) e o artigo de Huguette Pottier Navarro de 1992 (“El concepto de americanismo léxico” na *Revista de Filología Española*). Também há a proposta de classificação de chilenismo de Ambrosio Rabanales de 1953 (*Introducción al estudio del español de Chile: Determinación del concepto de Chilenismo*, no primeiro anexo do *Boletín de Filología de la Universidad de Chile*), que pode ser aplicado ao conceito de americanismo léxico sem problemas, como será apresentado mais adiante.

3. Origens: noção exclusiva na abordagem lexicográfico anglo-saxônica

O *Americanismo léxico* não teve sua primeira aparição dentro da tradição da linguística hispânica, nem da românica; apareceu na língua inglesa como *americanism*, em um artigo publicado no *Pennsylvania Journal and Weekly Advertiser*, na Filadélfia, de autoria do ministro e presbítero John Witherspoon, que afirmou em 1781: “A Palavra Americanism, a qual cunhei para, por exemplo, termos, e frases... originadas na expansão Americana e não Inglesa, é exatamente semelhante em sua formação e importância à Palavra Scotticism” (em Ferreccio, 1978, p. 21)³.

Posteriormente, o historiador e linguista norte-americano John Russell Bartlett denominou suas pesquisas lexicográficas sob o título de *Dictionary of Americanisms* (1848, com outras edições em 1859, 1860 e 1877), obra pioneira nos estudos dialetológicos do inglês *transposto*. Por sua vez, em alguma de suas primeiras edições, o *Oxford English Dictionary* definiu a palavra como: “Uma Palavra ou frase particular aos, ou expandida dos, Estados Unidos; Palavra de uso comum, e, aparentemente, bem recente na Grã-Bretanha.” (v. Arquivador RAE)⁴. Isto é, a história da palavra partiu da referência à acepção linguística restringida ao país norte-americano e, especificamente, ao inglês *transposto*.

Essa foi a acepção que o dicionário da editora Gaspar y Roig (1853) usou: “Uso, costume, linguagem peculiar dos americanos”, marcada como neologismo, de tão inédita que era.

4. Substituição de nomes: de *provincialismo* para *americanismo*

Referente a isso, não devemos esquecer que não se usava *americanismo* de forma vinculada à língua espanhola falada na América Hispânica até princípios do século

³ “The Word Americanism, which I have coined for the purpose i.e., terms, and phrases... of American and not of English growth, is exactly similar in its formation and significance to the Word Scotticism”.

⁴ “A Word or phrase peculiar to, or extending from, the United States; the common, and apparently earliest use of the Word in Great Britain”.

XIX; pois antes, por razões geopolíticas estabelecidas, era comum falar de *provincialismo*. Por exemplo, por volta do fim do século XVIII, o *Vocabulario de voces provinciales de la América*, de Antonio de Alcedo, utilizava, de fato, o termo *vocábulos provinciais*⁵. Ou até mesmo o próprio Pichardo, que nomeou as edições de seu dicionário como *Diccionario provincial de voces cubanas* (1836)⁶. Mais tarde, num evidente discurso reivindicativo, Juan José de Arona, numa de suas publicações jornalísticas em *El Correo del Perú*, insistiu na ideia de que é o momento de “nos emancipar da já imprópria atribuição de *provincialismos*, que continua sendo designada aos modismos ou idiotismos dos povoados que deixaram de ser províncias ou colônias da Espanha” (citado por Pottier Navarro, 1992, p. 302). No entanto, a Real Academia Espanhola (RAE), em sua emblemática edição de 1925, comentava em sua “Advertência” que “Foi concedida, também, atenção muito especial aos regionalismos da Espanha e da América que são usados entre a população culta de cada país, vocábulos que estavam muito escassamente representados nas edições anteriores” (Real Academia Espanhola, 1925, p. vii).

5. *Americanismo hispânico: noção exclusiva na abordagem lexicográfica espanhola*

A RAE incorporou a palavra com uma única acepção referente ao âmbito lexicológico em sua 12ª edição, a de 1884, como “Vocábulo ou variação de linguagem próprios e exclusivos dos americanos que falam a língua espanhola” (v. NTLLE⁷). Zerolo (1895, v. NTLLE) utilizou a mesma definição. Em 1897, José María Sbarbi redigiu o verbete lexicográfico *americanismo* no *Diccionario enciclopédico hispanoamericano* (da Montaner y Simón Editores) e empregou a mesma definição. Por

⁵ Original no espanhol: *voces provinciales*.

⁶ Posteriormente, seguido por uma segunda edição intitulada *Diccionario provincial casi-razonado de voces cubanas*, de 1849, depois, uma terceira, de 1862, de mesmo título e, em seguida, por uma quarta, *Diccionario provincial casi razonado de voces y frases cubanas*, de 1875.

⁷ N. da T.: *Nuevo Tesoro Lexicográfico de La Lengua Española* [Novo Tesouro Lexicográfico da Língua Espanhola].

outro lado, ele apresentou uma breve reflexão em torno do *americanismo* léxico e concluiu, após enumerar uma série de americanismos semânticos: “são vocábulos e acepções que brotaram do solo americano; da mesma forma em que é possível afirmar que devem ser reconhecidos por vários outros *americanismos*” (v. NTLLE). Foi essa autoridade que Pagés usou em seu *Gran diccionario de la lengua castellana* (1902, v. NTLLE), além de outras considerações. Toro y Gómez, em seu *Nuevo diccionario enciclopédico* (1901) especificará que o vocábulo ou variação de linguagem próprios e exclusivos são dos “hispano-americanos” (v. NTLLE). Em rigor, todas essas definições têm a ver com uma noção exclusiva do conceito: são vocábulos ou expressões nascidas, próprias, usadas por hispano-americanos.

6. A respeito dos vocábulos hispânicos com sinonímia e polissemia

Outra forma de pensar sobre o conceito tem a ver com a questão da sinonímia e da polissemia, aspectos que os teóricos mais puristas tentaram silenciar e os quais os mais moderados começaram a discriminar⁸. Nesse ponto, destaco o posicionamento progressista de Baldomero Rivodó (1889), quem, diante de um imperante purismo moderado, argumentava sobre a possibilidade da sinonímia:

[...] não deve ser um impedimento o fato de que exista outra de mesmo valor, pois comumente a nova expressão indica alguma nuance em seu significado, ou inclusive, é más harmônica, ou também é mais adequada do que a outra em certos casos; e ao enriquecer o idioma, isso permite ao escritor escolher, entre essas opções, a que considere mais conveniente e apropriada para seu discurso; pois não somente há de considerar os diversos significados e as diversas acepções, mas também os diferentes usos especiais de cada expressão (Rivodó, 1889, p. 3-4).

⁸ A respeito, ver Chávez Fajardo (2021), em que faço uma breve síntese sobre o que a polissemia implicou até a vinda do século XX.

Outro bom exemplo que invalida essa noção é a de Toro y Gisbert em 1912, que, no inaugural *Americanismos*, no capítulo “Alguns sinônimos” (1912, p. 75-91), reuniu “nomes diferentes nas diversas repúblicas e, às vezes, presentes nas diversas províncias de um mesmo país” (Toro y Gisbert, 1912, p. 75). Essa coleta é fruto de suas leituras dos diversos dicionários hispano-americanos que ia examinando, o que o levou à conclusão: “Mas, se não há motivo para corromper a língua, tampouco há motivo para privá-la de novos elementos capazes de enriquecê-la e embelezá-la” (Toro y Gisbert, 1912, p. 116). Nesses casos, o que podemos ver, em rigor, são reflexões críticas cuja feição decanta a uma tendência à descrição e, de forma inovadora, em não subestimar a transição semântica e a polissemia (Rivodó) ou a sinonímia (Rivodó e Toro y Gisbert).

7. Primazia da cadeia variacional e da relevância no âmbito histórico

Novamente em *Americanismos* (1912), de Miguel de Toro y Gisbert, é possível apreciar a visão globalizante do autor, que introduziu outra questão da qual não vou tratar aqui e que tem a ver com o *espanhol da América*:

Não, o espanhol que agora se fala na América é quase o mesmo que se fala hoje na Península. Difere-se deste em certos detalhes: são vocábulos que mudaram de significado ao passar da Espanha para a América. A necessidade de nomear coisas novas originou milhares de neologismos, mas esses neologismos, ainda que retirados de línguas absolutamente diferentes, souberam adotar a forma dos vocábulos espanhóis tão perfeitamente que nos mais variados casos seriam considerados palavras genuínas do espanhol se a filologia não estivesse ali para nos enganar. Muitas palavras foram esquecidas ao cruzarem o Atlântico e foram substituídas por neologismos menos necessários, outras, já esquecidas na península ou presentes nos recantos de uma ou outra província, vivem cheias de vigor na América (Toro y Gisbert, 1912, p. 33-34).

Sem ânimo de me estender na heurística, na reflexão de Toro y Gisbert prima a relevância, acredito, na cadeia variacional e na perspectiva histórica, que é com a qual

trabalhei, como será visto ao longo do texto. Essa é uma questão que, anos depois, Amado Alonso García trabalhará em *Estudios Lingüísticos: Temas hispanoamericanos* (1953), também a respeito do espanhol da América e não sobre o americanismo léxico, mas que, desde então, esboça um retrato pertinente para poder estudar o conceito pelo ponto de vista da lexicologia histórica:

A partida ou a base da modalidade americana não é externa a eles, os americanos. Está em duas ordens das leis, ambas internalizadas nos falantes. A primeira é da linguística geral: toda língua viva e praticada evolui sem cessar, como condição inseparável de seu próprio funcionamento; a evolução consiste em esquecer e em inovar; ambos originam por meio de atos individuais, e seu grau e rapidez de generalização dependem das condições sociais. [...] A segunda ordem é de caráter histórica e particular, e se apresenta no primeiro no sentido de que declara a evolução como necessária, e o outro se refere ao modo particular de evolução [...] O idioma é um instrumento em que as mãos que o manuseiam vão deixando suas marcas. (García, 1953, p. 61).

Do mesmo modo, não se descarta que, para Alonso, o que implica um novo esboço são os processos de criação e acomodação próprias da língua, que permitem a existência de um espanhol americano: “Na massa contínua e amorfa que a experiência e a realidade oferecem, os homens de cada língua foram sublinhando limites, marcando silhuetas e imprimindo formas” (García, 1953, p. 63), é o que ele chamou de “forma interior da linguagem” (de raiz humboldtiana), pela qual se justifica falar de *americanismo*.

8. Americanismo hispânico: noção geográfica e de uso na abordagem lexicográfica hispano-americana

No território hispano-americano, os primeiros lexicógrafos estavam realizando suas pesquisas no tocante à definição do conceito nos primeiros repertórios lexicográficos monolíngues. Esse é o caso dos chilenos Camilo Ortúzar, em seu *Diccionario manual de locuciones viciosas* (1893): “Em relação às que são usadas, seja em

quase toda a América, seja em mais de uma república, percebemo-nas como *americanismos*” (Ortúzar, 1893, p. XVI), e Aníbal Echeverría y Reyes em *Voces usadas en Chile* (1900): “*Americanismos*, palavras que são empregadas entre nós e pela maior parte dos que habitam este Continente” (Echeverría y Reyes, 1900, p. XVI). É esse tipo de definição de *uso* que irá prevalecer até meados do século XX.

9. Atitude negativa em relação ao conceito

As reflexões negativas sobre o conceito não demoraram em aparecer, seja por um âmbito estritamente filológico ou não, como a realizada pelo espanhol Ciro Bayo, quem, em 1906, concluía em seu estudo publicado na *Revue Hispanique* (o exercício preliminar à sua obra *Vocabulario*):

As fantasias de Sarmiento e demais corifeus hispanóforos, as pretensões de tantos americaníssimos de falar e escrever na língua crioula, não passam de inocentes ostentações que caem no ridículo quando são levadas a sério. Provisoriamente, a linguagem crioula pretendida — além de alguns modismos e termos dialetais que, por designar coisas do Novo Mundo, são desconhecidas na Península —, não deixa de ser uma gororoba de anacolutos, barbarismos e outras feiuras gramaticais, ao ponto de que isso de *americanismos* passa a ter a significação que os atenienses davam ao vocábulo solecismo (retirado de Toro y Gisbert, 1912, p. 33-34).

10. A questão do conceito: não há conceito

As reflexões dentro do âmbito filológico sobre o conceito lexicológico de americanismo e a crítica à pouca delimitação com a qual tem sido trabalhado na filologia hispano-americana fundacional começaram a partir da primeira metade do século XX. Em 1928, Arturo Costa Álvarez, diplomata, tradutor e filólogo argentino, manifestava sua profunda preocupação em relação à ambiguidade que esse sentido trazia: “Poderia-se pensar que todo lexicógrafo que usa o termo ‘americanismo’ fixa o valor exato deste vocábulo; não tenho encontrado ainda um deles que tenha se

empolgado para tanto” (Costa Álvarez, 1928, p. 133). Essa postura crítica continuará se apresentando, como veremos mais adiante, em autores como Klaus Zimmermann (2003) ou José Carlos Huisa Téllez (2011).

11. O problema na delimitação do conceito: um caso

De fato, o pouco esclarecimento quanto ao *americanismo léxico* levou a, entre outras coisas, entender os indigenismos como americanismos (uma das acepções com as quais a RAE trabalha até os dias de hoje), deixando as transições semânticas e neologismos cunhados no continente americano em outro grupo léxico, muitas das vezes censurado. Um bom exemplo do quão opaco o conceito chegava a ser é a divisão que Lisandro Segovia fez em seu *Diccionario de argentinismos, neologismos y barbarismos* (1911), que tem, de um lado, os “castelhanismos e neologismos”, entendidos como: “aquelas palavras que são conhecidas e assim usadas tanto na América quanto na Espanha, visto que aparecem em alguns dicionários da língua — apesar de que, muitas vezes, minhas definições sejam diferentes daquelas que foram assignadas a esses vocábulos ou tenham, além disso, outras acepções na Argentina” (Segovia, 1911, p. 7); em comparação aos “americanismos e argentinismos”, de outro. Desse modo, os “castelhanismos e neologismos” têm a ver com vocábulos hispânicos, muitos ainda não incorporados no dicionário acadêmico, mas sim em outros dicionários gerais da língua. São palavras que possuem alguma transição semântica característica, ou melhor dito, são formações hispânicas originadas na América Hispânica. Segovia entendeu como *americanismos* “os vocábulos que são usados na América Hispânica e que não me foi constado seu uso na Península, e também correspondem a muitos vocábulos de origem americana” (Segovia, 1911, p. 7), definição confusa porque esses “vocábulos de origem americana” poderiam, facilmente, fazer parte do primeiro grupo, de “castelhanismos e neologismos”. Por último, os “argentinismos” são os “vocábulos de uso corrente na região do Rio de La Plata e casualmente no Chile também, ou exclusivamente usados na Argentina; mas que não me foi constado que

sejam empregados em outras repúblicas hispano-americanas” (Segovia, 1911, p. 7). Um autor que relativizou a maneira exclusiva de trabalhar com o conceito foi José Toribio Medina, que afirmou em seu *Chilenismos* (1928):

[...] não é porque um vocábulo é usado em outros países que deverá ser renegado como chilenismo. Seguindo essa norma de exclusão, chegaria à situação de que passasse a ser *res nullius*. Na maior das hipóteses, por conseguinte, afetaria, simultaneamente, a aceção de argentinismo e chilenismo, por exemplo, ou se ainda é de emprego mais geral, assumiria a aceção de americanismo (Medina, 1928, p. xiv).

12. Primeiras reflexões sobre o conceito na América Hispânica

Décadas depois, apesar das críticas, Santamaría, em seu *Diccionario general de Americanismos* (1942), numa tentativa de delimitar o conceito, afirmava, com clara consciência da procedência e gênese do vocábulo em questão, como condição necessária, insistindo, por isso mesmo, nestas suposições que vinham do final do século XIX:

Entendo que deva ser compreendido como *americanismo* toda entidade elocutiva — vocábulo, frase, modismo, expressão — que, com raíz e procedência na própria estrutura, na gênese, na índole da língua espanhola, constitua, por sua fisionomia ou por seu contexto, uma modalidade ou modificação, uma variante semântica, lexicológica ou ideológica — uma nova forma de ver a própria língua; mas uma variante ou uma forma peculiares da América espanhola, reservadas ao uso dessa porção do Novo Mundo que teve origem neste Continente ou que, inclusive sem ter surgido aqui, pertencem-nos pelo direito de uso comum exclusivo, ao menos quase exclusivo, e, em virtude de tal sorte de se tornarem perdidos em sua terra nativa, que somente se conservam na América (Santamaría, 1942, p. IX-X).

A primeira tentativa monográfica de tipologizar os vocábulos diferenciais americanos foram realizados por Ambrosio Rabanales, em seu *Introducción al estudio del español de Chile: Determinación del concepto de Chilenismo* (1953), no qual partiu das

mesmas reflexões que Costa Álvarez fez anos atrás: “como coletar uma terminologia com exatidão se o ponto de referência em função do qual é coletada não foi bem determinado previamente?” (Rabanales, 1953, p. 1). Para Rabanales, a questão epistemológica e a crise na construção desse tipo de conceitos é crucial: “não devemos esquecer de que já é bastante generalizada a veracidade de que o subentendido é um dos grandes inimigos da pesquisa e exposição científicas” (Rabanales, 1953, p. 4). No âmbito da dialetologia hispano-americana inaugural, José Pedro Rona (1962) afirmava que a ideia errônea da “homogeneidade” do espanhol falado na América era devido ao fato de que o objeto observado era a partir de “um nível cultural elevado ou semi elevado” e nunca “a partir de um nível cultural baixo” (Rona, 1962, p. 215).

13. Tipologização e metodologias de estudo: segunda metade do século XX

13.1. Apesar de Rabanales trabalhar com o conceito de *chilenismo*, suas reflexões e proposições são bem convenientes para o presente estudo. Suas propostas para trabalhar com o *chilenismo* são quatro, as quais, aliás, revisou historiograficamente. Neste artigo, entenderei-as através do conceito de *americanismo léxico*, por praticamente tratarem, *mutatis mutandis*, das mesmas questões.

A primeira proposta é a *noção exclusiva*, como já havia mencionado, presente na maioria dos dicionários diferenciais hispano-americanos publicados durante o século XIX e inícios do século XX. Rabanales observou criticamente que nessa noção exclusiva de um vocábulo diferencial não tem uma referência à *migração dos vocábulos* entre os países hispânicos (Rabanales, 1953, p. 10, o que, anos depois, Ramírez Luengo 2012; 2014; 2015, chamou de *extensão léxica*). Em outras palavras, que os vocábulos originados em um país podem ser usados em outros países, até na Espanha — lidando, como possibilidade, inclusive, com a poligênese (*ubicuogênese* para Rabanales) —, e, não por isso, o vocábulo deixará de ser um *-ismo*. Também, ele afirmou que considerar o uso exclusivo de um vocábulo circunscrito a um país implicaria que o número de vocábulos fosse muito restringido (ou seja, o que Medina observou em sua época).

Ademais, com essa ideia privativa, abriria margem para outro tipo de inexatidões, como considerar vocábulos nascidos no Chile, por exemplo, como próprios de outras zonas, apenas por ter caído em desuso no Chile ou vice-versa. Outro problema nessa noção tem a ver com o fato de não considerar a transição semântica para a suposição de um vocábulo com esse significado diferencial.

A segunda noção que Rabanales propôs é a da *origem geográfica do vocábulo*, seja *stricto sensu* (vocábulos que são usados em um país da América Hispânica), seja *lato sensu* (vocábulos que são usados em toda a América Hispânica), como no dicionário *Chilenismos* (1928), de Medina, em que, seguindo o molde do dicionário acadêmico, indicam-se os países, como marcações diatópicas, em que se usa o vocábulo; fez-se o mesmo na primeira edição espanhola do *Pequeño Larousse Ilustrado* (1912), de Toro y Gisbert. Precisamente, é essa a posição na qual se costuma destacar a marca *América* ou cada um de seus países, sobretudo dentro da tradição lexicográfica de dicionários de americanismos⁹. Rabanales (1953) criticava essa postura, principalmente pela imprecisão que se gerava na hora de marcar um vocábulo como próprio de uma zona (De todo um país? De uma parte de um país? Isso, usualmente, é marcado?). Inclusive, uma vez que muitos dos autores rastreados levam como critério de seleção léxica, os vocábulos usados em determinadas zonas, como a capital de um país, assim como Medina fez em seu *Chilenismos*; porque, sobre considerar vocábulos de províncias, argumenta: “Não podemos, parece-nos evidente, dar espaço num estudo da nossa linguagem, considerado de forma geral, aos vocábulos peculiares de regiões tão opostas” (Medina, 1928, p. vi). Aliás, na seleção documental que Medina usou para o agrupamento de vocábulos, especificamente no corpus jornalístico, desconsiderou a imprensa que não fosse da capital, pois “algumas vezes, não merece propriamente que seja incluída entre os chilenismos” (Medina, 1928, p. xi). Ademais, a respeito dessa

⁹ De fato, no Prólogo da adaptação do *Pequeño Larousse Ilustrado*, Toro y Gisbert afirma que constam “mais de 12 mil americanismos neste Dicionário, quer dizer, mais do triplo do que dicionários muito maiores trazem” (citado por Pottier Navarro, 1992, p. 300-301).

forma de entender o americanismo, poderia-se perguntar quantas unidades léxicas podem ser registradas *stricto sensu*, ao que acredito que são menos das que são esperadas para construir um conceito geral.

A terceira noção é a da difusão social do vocábulo, que é bastante polêmica, pelo grau de elitismo e centralização, pois tem a ver com o grau de cultura de quem utiliza determinada palavra e o local geográfico de onde o falante vem. Rigorosamente, será levado em consideração o léxico que a comunidade com maior acesso à educação utiliza, de modo que o lexicógrafo lidará com um determinado nível socioeconômico e cultural, em vez do espectro inteiro. Isso também pode ser exemplificado em Medina (1928), um dos autores que, em sua seleção léxica para incorporar vocábulos no dicionário, afirma o seguinte:

Temos, pois, que nos limitar ao que se fala na região central, que é, não necessitamos insistir em demonstrar, não apenas a mais povoada, mas também onde o núcleo considerável da população relativamente culta se situa. Tem que proceder de seus lábios, então, o colhimento de vocábulos que iremos apresentar (Medina, 1928, p. vi).

Inclusive, Medina optou por não incorporar vocábulos considerados *incultos*: “sem rebaixar, aliás, à linguagem da população da classe ínfima, da qual nada podemos aprender e encontrar, a não ser uma colheita abundante de barbarismos e outros vocábulos impróprios” (Medina, 1928, p. vi). Decisão que não foi seguida regradamente, pois é possível rastrear vocábulos desse tipo em seu dicionário. O mais provável que tenha acontecido é que Medina tenha seguido o ditado fiel da Academia, que, anos antes, na emblemática edição de 1925, comentava em sua “Advertência” que “Foi concedida, também, atenção muito especial aos regionalismos da Espanha e da América que são usados entre a população culta de cada país, vocábulos que estavam muito escassamente representados nas edições anteriores” (Real Academia Espanhola, 1925, p. vii). De qualquer forma, esse tipo de critério será absolutamente desnecessário no momento de delimitar o conceito de *americanismo*, apesar de que foi um aspecto

levado em consideração por muitos estudiosos do espanhol falado na América Hispânica até meados do século XX.

A quarta noção, na qual o americanismo léxico se define como aquele que não tem sinônimo no vocábulo hispânico — muito comum dentro de grande parte da tradição lexicográfica de autores na América Hispânica —, tende a incluir, dentro dos vocábulos propriamente americanos, aqueles que não podem ser substituídos — através do uso do método sinonímico — por um vocábulo geral. Esse é o caso de, por exemplo, vocábulos que fazem referência à flora, à fauna e aos vocábulos culturais, sobretudo de comidas, de usos, de costumes e de atividades, entre outros. No entanto, para uma parte importante da filologia hispano-americana fundacional, todos os vocábulos usados na América Hispânica que podem ser substituídos por um léxico geral não eram considerados *americanismos*, na verdade eram vistos como incorreções, vícios, barbarismos etc.; ou seja, vocábulos desnecessários e inúteis, pela ótica da retórica clássica. É evidente que esse tipo de metodologia é absolutamente inadequado para determinar o que se entende conceitualmente como *americanismo*, pois é uma “atitude de valorização e não de objetividade, como a exigida pela lexicografia enquanto ciência”, afirmava Rabanales (Rabanales, 1953, p. 27). Casos anteriormente citados como o de Rivodó ou de Toro y Gisbert refletem que esta noção já havia sido diluída e criticada.

Uma quinta e última noção é a da origem homogográfica ou diferencial, como Buesa Oliver e Enguita Utrilla (1992, p. 22-23) classificam. Tal ideia se encontra em Rabanales (1953), que advogou por considerar *americanismo* (ou outra diferença diatópica), mesmo que tenha sido originado em outra zona (poligênese). Diante de uma possível crítica a respeito dessa postura, por exemplo, alguma observação que mantivesse o *pecado positivista* de atribuir às palavras um lugar no espaço, Rabanales recorreu a Vossler, que sustentava que “as formas linguísticas têm moradia no pensamento e nas ocasiões e ocorrências ideais, na instituição, na memória e no gosto das pessoas que falam, não em suas casas, terras e cidades” (Vossler, 1930, p. 13), ao

que o linguista chileno complementou: “como tais formas adquirem essa fisionomia especial que as faz com que se constituam como idiomas, dialetos, jargões, etc., e as pessoas que as falam pertencem a um determinado país, não é ‘pecado’ dizer que existem nesse país” (Rabanales, 1953, p. 30). Realmente, é uma noção idealista, mais uma vez dando continuação a Vossler em sua emblemática sentença de que “a linguagem é uma criação espiritual” (1929, p. 44), na qual se origina e existe no homem e, por extensão, em determinado lugar, exatamente onde a vida do usuário se desenvolve.

Então, Rabanales entendeu o conceito de *chilenismo* e, por tabela, de *americanismo* como “toda expressão oral, escrita ou *somatolálica*¹⁰ originada no Chile, de qualquer ponto de vista gramatical, pelos chilenos que falam o espanhol como língua própria ou pelos estrangeiros residentes que assimilaram o espanhol do Chile” (Rabanales, 1953, p. 31). De fato, o aspecto relevante é que a expressão tenha sido *originada* em uma determinada zona: “Quando neste lugar foi adquirido algum — se não for a totalidade — dos caracteres que fazem parte do objeto de estudo de qualquer uma das especialidades da gramática científica” (Rabanales, 1953, p. 38). Como se pode observar e comparar, as reflexões de Rabanales aproximam-se das que Santamaría viu em seu *Diccionario general de Americanismos* (1942). Anos depois, Santamaría seguiu com a mesma ideia em seu *Diccionario de mejicanismos*: “somente podemos aceitá-lo como mexicanismo se temos dados mais ou menos fidedignos de ser oriundo do México, ou mais peculiar ao México do que aos demais países” (Santamaría, 1983 [1959], p. xii).

Esse posicionamento — concentro-me em Rabanales, principalmente —, apesar de ser abrangente, panorâmico e, de um ponto de vista holístico, muito útil, apresenta um grande problema, o qual Bohórquez (1984) e Werner (1994), entre outros,

¹⁰ A somatolália, de cunho próprio de Rabanales, é todo conjunto, organizado em sistema, de signos somáticos de valor linguístico. Ou seja, é a linguagem somática de valor linguístico, com seus dois componentes saussurianos: a língua e a fala.

perceberam: ainda que inicialmente Rabanales abordou o problema a partir de uma perspectiva lexicográfica, sua sistematização e a resolução do problema em si ficaram no campo puramente teórico, deixando o aspecto lexicográfico de lado. A propósito, quinze anos após Rabanales publicar seu trabalho, Rona observou: “O critério de origem é bastante adequado para a definição do conceito de regionalismo, mas o da difusão geográfica, que Rabanales rejeita, não é menos importante” (Rona, 1969, p. 136). De alguma maneira, Rabanales acabou discorrendo sobre um panorama dos posicionamentos que trataram de delimitar o conceito, com o dele incluído, que, como constatamos, não é a posição definitiva, nem a mais difundida.

13.2. Sob a ótica da dialetologia, José Pedro Rona realizou uma série de observações em 1969, sobretudo ao compreender o conceito de *-ismo* como próprio da linguística, não da linguagem, pelo qual “não é objetivo, mas subjetivo do ponto de vista do estudioso” (Rona, 2017 [1969], p. 26). A partir dessa ótica, ele propôs trabalhar com os atributos essenciais aristotélicos e, no caso do *-ismo*, “nos referimos claramente a algo peculiar de uma região, diferente de outras regiões” (Rona, 2017 [1969], p. 28). Por outro lado, declara que a pouca rigorosidade na metodologia e na teoria em relação ao conceito se deve à falta de discriminação “na definição de uma coisa, e na sua posterior classificação” (Rona, 2017 [1969], p. 29). Rona seguirá com a metodologia aristotélica e propõe duas etapas, uma em que será examinado “se realmente a divergência entre uma região e outra é o atributo essencial que pode servir para a definição do regionalismo como tal” (Rona, 2017 [1969], p. 29), para então propor “uma classificação dos regionalismos conforme seus atributos não essenciais” (Rona, 2017 [1969], p. 29). Por sua vez, Rona propôs a distinção de *americanismo lato sensu* — tomando as palavras de Rabanales —, em que se entende como a palavra ou expressão que são usadas em toda a América Hispânica, sem exceção de nenhuma região: “Ao nosso entender, tem-se usado muito exageradamente o termo americanismo, inclusive em obras muito sérias, e até no *Diccionario de la Real Academia Española* [...] De fato, é comum confundir

o conceito de americanismo com o de regionalismo de certa parte da América” (Rona, 1969, p. 145). Portanto, os vocábulos que são usados em um país ou em uma região são americanismos se e somente se são aplicadas em toda a América. Para isso, Rona estabeleceu quatro ocorrências: 1) Ocorre em toda a América e em nenhuma parte da Espanha; 2) Ocorre em toda a América e em parte da Espanha; 3) Ocorre em parte da América e em parte da Espanha; 4) Ocorre em parte da América e em toda a Espanha. Um tema que vai além deste trabalho — mas é crucial para entender a relevância dos trabalhos inaugurais de Rona ao que concerne à dialetologia —, é a impossibilidade de encontrar fenômenos que *e somente estejam* na primeira ocorrência (ocorre em toda a América e em nenhuma parte da Espanha, de um ponto de vista sincrônico). Dessa forma, com sua clássica sentença, ele conclui que: “não é, no entanto, cientificamente demonstrável a existência do *espanhol americano*” (Rona, 2017 [1969], p. 56), sempre dentro da lógica coseriana¹¹ de que “os dialetos não existem antes, mas somente depois que os linguistas os determinaram” (Rona, 2017 [1969], p. 57). Devido a isso, pela lógica de Rona, para que exista um *espanhol americano*, é necessário determiná-lo. O ponto relevante, e com isso Rona conclui esse debate, é que se não tem sido possível encontrar as características determinantes de um *espanhol americano*, “talvez seja melhor que reflitamos, e que não falemos mais em *americanismos*” (Rona, 2017 [1969], p. 57), para arrematar na sua reflexão final: “Em seu lugar, deveríamos tratar de determinar bem as áreas ou zonas dialetais realmente existentes na América Espanhola” (Rona, 2017 [1969], p. 57).

13.3. Por outro lado, pela primeira vez na ótica da lexicografia e a partir da divisão do espanhol em língua exemplar e variedades, Ferreccio (1978) propôs um *modus operandi* para determinar um americanismo léxico através do uso, no qual sugeriu que, antes de qualquer particularidade, deve-se “compilar as expressões da área explorada em

¹¹ Em seu estudo *La geografía lingüística*, de 1956.

sua integridade e sem exclusão” (Ferreccio, 1978, p. 26). Pois, de outra forma, não há como saber o que é usado ou não em determinada zona. Assim, ele postula sua posição: “e aquilo que se mostre ser de uso no Chile é um chilenismo e, de forma similar, em cada caso, seria um bolivianismo, madrilenhismo, bogotatismo, espanholismo, etc” (Ferreccio, 1978, p. 26). Para Ferreccio, um tipo de trabalho desse cunho não poderá caber dentro de uma noção exclusiva ou geográfica, mas de constâncias de uso de todas as áreas comprometidas com essas concepções. Entretanto, isso não retira o fato de que os falantes do espanhol sejam usuários de uma série de formas, que por sua vez são:

[...] desligadas do contexto tradicional hispânico e em conflito com este por sua fisionomia prosódica, que altera profundamente a distribuição dos fonemas, isto é, sua frequência de emprego e as combinações que entram, de tal maneira que a fala é tingida de inflexões inusuais. Aliás, tais formas procedem de línguas, digamos, de substrato, ou seja, pertencentes a povos incorporados às nacionalidades hispânicas e cujos falantes não se consideram como próprios de áreas de outras línguas de cultura, quer dizer, como “estrangeiros”; por isso, essas formas são acolhidas de forma bem receptiva e inclusive vão sendo incrustadas na norma exemplar. Por outro lado, o falar americano se desenvolveu desvinculado às experiências do existir peninsular, que iam decantando em suas próprias falas, e cultivou, então, sua própria bagagem de “arcaísmos” e germinou seu próprio quadro de “inovações” (Ferreccio, 1978, p. 26-27).

Ferreccio prosseguia, então, que o espanhol americano é: “um terreno preenchido de materiais para indagações dialetológicas das mais variadas ordens e cheias de significado” (Ferreccio, 1978, p. 27).

Ele também fez referência a respeito da noção exclusiva. Embora não tenha advogado por isso, considerou-o e, ao definir o conceito, afirmava que deve ser determinado por constâncias de uso: “portanto, é uma categoria pertencente ao plano coloquial dialetológico: o americanismo é um uso linguístico da América” (Ferreccio, 1978, p. 25). Por causa disso, Ferreccio planejou — no momento de realizar o corte

dialetal — proporcionar um panorama do todo, para depois ir discriminando o que é próprio de uma zona e o que não é. Em outras palavras, empregar um critério absolutamente integral, em que tudo é englobado para constatar o que é usado e o que não é.

Por sua vez, o filólogo chileno insistia em que comumente foi realizada, nessa noção exclusiva, uma prática lexicográfica com um critério nitidamente diferenciado: “merece ser recolhido aquilo que não pertence à norma exemplar, ou, também, a usos de outras áreas. Isso é perfeitamente legítimo e se concretizou em bons repertórios que, de outra forma, com exigências de totalidade, talvez não teriam sido realizados” (Ferreccio, 1978, p. 26), mas é contundente no momento de classificá-los: “Sobre eles, não precisa conferir, entre outros aspectos, outro sentido diferente do que têm em sua pureza: coleções de estranhezas” (Ferreccio, 1978, p. 26). Ademais, devido à informação insuficiente em relação a outras áreas hispânicas e sobre a língua espanhola: “o material coletado por eles [entende-se que sejam os velhos lexicógrafos] tem sido recorrentemente acompanhado de pronunciamentos exaustivamente mal orientados” (Ferreccio, 1978, p. 26).

13.4. Adiantando-se às propostas do século XXI que veremos mais adiante, Jesús Bohórquez foi o primeiro em constar que são atribuídos um número diverso de formas de definir um americanismo léxico, conforme o ponto de vista assumido. Precisamente, em 1984, em sua monografia dedicada ao *americanismo*, Jesús Bohórquez afirmava que o problema na maneira de fixar o *americanismo léxico* se resolvia, exatamente, por suas várias possibilidades de definição: “de acordo com o ponto de vista que se queira destacar nas unidades léxicas do espanhol americano” (Bohórquez, 1984, p. 141). Aliás, Bohórquez apresentou as formas mais aceitáveis de delimitar o conceito, que são: as definições de acordo com o conceito de origem, o de conceitos típicos da América Hispânica e o de uso. Adicionou, ainda, outros critérios, como: a frequência de uso, a extensão geográfica e o número de falantes que usam determinado

vocabulo. Ao mesmo tempo, trouxe outra nuance na proposta de Rona, em que agregou uma quinta opção: 5) Ocorre em parte da América e em nenhuma parte da Espanha.

13.5. A partir da lexicografia e como ponto de partida do projeto de Augsburg, Gunter Haensch, em 1984, propôs tratar o conceito de *americanismo* por um critério de especificidade. Através do mesmo, há de ser estabelecido se, ao falar de americanismo, serão englobados os vocábulos totalmente diferenciais — ou seja, um vocábulo enquanto signo —; os vocábulos com um tipo de transição semântica específica — ou seja, vocábulo enquanto significado —; os vocábulos com variantes no nível do significante; estrangeirismos não usados na Espanha; arcaísmos peninsulares e vigentes na América ou americanismos comuns a mais de uma determinada zona linguística, entre outras possibilidades.

Dessa forma, Haensch apresentou um conceito de *americanismo*, entendendo-o como todos os vocábulos e locuções de significado unitário *usadas* em áreas linguísticas povoadas da América Hispânica e que não pertençam ao espanhol geral, nem que sejam exclusivas da Espanha. Ele também compreendeu como *americanismo* as palavras e locuções que ocorrem na América Hispânica com um conteúdo semântico distinto ao que é aceito pelo dicionário acadêmico como vocábulo geral. Além do mais, Haensch especificou que, quando a área linguística se circunscreve a um único país da América Hispânica, o vocábulo ou locução admitida será designada sob os nomes de *argentinismo* ou *chilenismo*, por exemplo.

13.6. Para Werner (1994), também vindo da Escola de Augsburg, as reflexões dessa natureza deveriam andar juntas no processo de dicionarização. Ele afirmava, em uma espécie de máximas lexicográficas, que “a seleção da informação que vai ser apresentada em um dicionário do espanhol americano ou em um dicionário de americanismos não depende do que ‘é’ um *americanismo*, mas, em primeiro lugar, dos

destinatários e da finalidade da obra lexicográfica” (Werner, 1994, p. 10).

Ademais, dependendo do propósito do dicionário, sua finalidade e seus destinatários, propôs:

É estéril procurar, de maneira nominalista, a “essência” do americanismo e investigar a ontologia do que deveria corresponder à expressão “próprio dos [...]”. É melhor aceitar que os termos *espanhol americano*, *espanhol chileno*, etc. e os termos *americanismo*, *chilenismo*, etc. são empregados com definições divergentes, desde que não seja simultaneamente e desde que seja explicado univocamente ao que se referem (Werner, 1994, p. 18).

Werner propôs, sempre dentro do contexto lexicográfico, critérios para classificar os americanismos, que são: 1) Enciclopédico¹²; 2) De origem dos elementos léxicos¹³ e 3) Critério de uso, em relação a se um vocábulo determinado é usado distintivamente ou é de cunho geral na língua espanhola¹⁴.

13.7. Pela perspectiva da dialetologia, Montes Giraldo (1995) tocará em um ponto único dentro do rastreamento do trabalho com o conceito estudado: do momento em que americanismo se situa dentro do conjunto dos ismos idiomáticos, “classificam o que, de algum modo, parece marginal [...] Portanto, é um termo próprio da visão

¹² Estes dicionários poderiam ser diferenciais, não quanto ao uso linguístico, mas à localização das respectivas realidades. Ou seja, poderiam se concentrar no registro de elementos léxicos que se referem a realidades e conceitos específicos da América Hispânica, de uma zona geográfica, de um determinado país etc. (Werner, 1994, p. 19).

¹³ Para o *critério de origem*, um dicionário deveria registrar os elementos léxicos nascidos na América Hispânica, em uma região determinada etc. Werner cita, por exemplo, a noção homogográfica pela qual Rabanales advogou ou o critério com o qual Malaret trabalhou, por exemplo, em seu *Diccionario de americanismos*, ou obras imprescindíveis, como o *Diccionario etimológico*, de Lenz, apenas para exemplificar. Não obstante, Werner insiste em que esse tipo de dicionários elaborados com esse critério é de grande interesse científico, mas: “não seriam dicionários apropriados para satisfazer as necessidades de consulta cotidianas, por ex., do tradutor estrangeiro ou do professor e do aluno de um colégio uruguaio” (Werner, 1994, p. 20).

¹⁴ Algo interessante de pontuar é que Werner, por volta de 1994 e representante da escola mais emblemática da lexicografia diferencial na América Hispânica, afirmava: “Na ausência quase total de dicionários desse tipo, torna-se evidente a deficiência da lexicografia hispano-americana. Todos os dicionários existentes de americanismos, mexicanismos, chilenismos, cubanismos etc. são, de alguma forma, dicionários complementares ao Dicionário da Real Academia Espanhola” (Werner, 1994, p. 21).

eurocêntrica, *vindo da Espanha*” (Montes Giraldo, 1995, p. 153). De qualquer forma, mantém o conceito, acima de tudo, porque “a partir de uma análise do diassistema espanhol em seu conjunto, torna-se necessário se referir a traços próprios de uma região ou outra” (Montes Giraldo, 1995, p. 153), sempre e quando se opuser ao *iberismo* (ou *espanholismo*, que é o termo que acabou sendo incorporado nos últimos tempos).

14. Além da questão do conceito: não há delimitação

Por sua vez, Werner foi implacável a respeito da tendência, na América, pela lexicografia diferencial do que pela integral:

É precisamente sintomática a abundância de dicionários de americanismos, chilenismos, cubanismos e outros tais -ismos e isso deve chamar a atenção sobre a falta de dicionários do espanhol americano, chileno, cubano etc. no sentido de ter um Webster hispano-americano (Werner, 1994, p. 21).

Não somente Werner, mas Lapesa também refletiu acerca disso:

Mesmo supondo que chegasse um dia em que dispuséssemos de um dicionário de americanismos alheios à Espanha que fosse tão perfeito que carecesse de erros e omissões, esse dicionário imaculado e exaustivo não seria o dicionário do espanhol da América, mas de uma seleção minoritária amputada dessa língua. O dicionário verdadeiramente representativo da realidade linguística hispano-americana deverá incluir todos os vocábulos, acepções e locuções que os falantes de espanhol da América empregam, igual aos da Espanha (Lapesa, 1996, p. 299).

Já no século XXI, Klaus Zimmermann (2003) seguia com a visão crítica em torno do conceito de americanismo através de uma visão lexicográfica:

[...] [os estudos anteriores] não partiram de uma concepção bem racional e fundada de *americanismo*, de um lado, ou *colombianismo*, *chilenismo*, etc., de outro. Nem foram cumpridas as pretensões de indicar a restrição do uso de muitas palavras dentro de um certo

território. Não estavam baseadas em pesquisas sistemáticas e em comparações múltiplas com outros países, mas somente no conhecimento individual, restrito e não controlado de cada lexicógrafo (Zimmermann, 2003, p. 72).

Um olhar que lembra muito as observações anteriores de Costa Álvarez e Rabanales.

Carlos Huisa (2011), na mesma linha que Costa Álvarez, Rabanales ou Zimmermann, segue com um discurso crítico em torno da forma como o conceito tem sido trabalhado “e que deveria constar, por um lado, o status da variedade que estudam e o status do espanhol como língua suprarregional, e, por outro, o tipo de relação que é estabelecido entre tais elementos para empreender a elaboração de um dicionário regional” (Huisa, 2011, p. 160). Se não houver um esclarecimento acerca desse tipo de distinções, a lexicografia efetuada será intuitiva, assistemática, insuficiente e, inclusive, precária. Com relação a isso, Huisa afirma:

O aspecto intuitivo se estabelece no fato de que [esses lexicógrafos] supõem uma *diferencialidade* em relação a outra variedade distinta que não se preocupam em determinar; o caráter assistemático, enquanto isso, revela-se no fato de não indicar explicitamente no corpo de sua obra em que fator se estrutura tal diferencialidade, de apontá-lo somente em certas situações ou de constá-lo de maneira completamente díspar (Huisa, 2011, p. 160).

Huisa também critica a proposta dialetal de Rona:

O problema fundamental na teoria de Rona está no fato de que é concebida a partir da preocupação pelo método utilizado para estudar o espanhol da América, não pelo espanhol da América, o que implica deixar de lado a realidade tal como os próprios falantes a concebem. Sem dúvida alguma, Rona peca pelo excesso teórico na elaboração de sua proposta (Huisa, 2011, p. 180).

15. Maneiras de abordar o conceito: século XXI

15.1. No que será a quarta tentativa de realizar a historiografia do conceito, María Donadío Copello (2005) propôs uma tipologia mais extensa da que se restringe ao americanismo léxico. Nessa ideia, ela seguiu Montes Giraldo (1995), pelo qual incorporará, além dos léxicos, os *americanismos fônicos*: “arcaísmos a respeito do uso peninsular atual” (Donadío Copello, 2005, p. 90), os *americanismos morfossintáticos* (retoma o *voseo* que justamente Rona trabalhou para o mesmo propósito em sua época) e “sobretudo os [*americanismos*] *idiomáticos* (no sentido das normas sociais de uso)” (Donadío Copello, 2005, p. 90). Lamentavelmente, a autora não se aprofundou nesse *americanismo idiomático*, que enriquece, penso, o trabalho com o conceito. Por outro lado, Donadío Copello fundiu a questão do americanismo com o espanhol falado na América e suas tentativas de zonificação¹⁵ em seu trabalho, algo em que se estende necessariamente. Logo, o valor de seu estudo, mais do que abordar o conceito de americanismo em si, está em continuar a lógica de Rona, graças à formidável cronologia que construiu. Certamente, Donadío Copello propõe que, além de discutir o conceito de *americanismo léxico*, também é necessário delimitar o conceito de espanhol da/na América. Desse modo, sobre a sentença de Rona de que não se pode falar de americanismo se não resolver a questão do espanhol da América, a autora confirma que é sim possível, “não somente em uma dimensão homogênea, mas também a partir do seu caráter heterogêneo, em reconhecimento das variações dialetais” (Donadío Copello, 2005, p. 138). Em suma, para a autora, é deficitário trabalhar unicamente com o americanismo léxico, mais que nada devido à restrição que este gera no estudo do espanhol americano, e propõe trabalhá-lo “no sentido amplo, quer dizer, entendê-lo como qualquer fenômeno da língua, não apenas léxico” (Donadío Copello, 2005, p. 138).

¹⁵ Algo que eu mesma fiz em meu estudo de 2022, mas por razões metodológicas decidi ajustá-lo ao americanismo léxico.

15.2. O que virá depois serão propostas de delimitação do conceito, como em Company (2007), que elaborou uma proposta de *mexicanismo* (em extensão à de *americanismo*) que, de alguma maneira, veio a modificar (e simplificar) o problema do vocábulo diferencial. A ideia é que os mexicanismos seriam: “o conjunto de vocábulos, formas ou construções que são caracterizadoras da fala urbana, popular ou culta ou ambas, [...] e cujo uso muito frequente e cotidiano distancia a variante americana em relação ao espanhol peninsular” (Company, 2007, p. 28-29). Acreditamos que é uma contribuição integrar, dentro das noções definidoras, o sema ‘caracterizador’, pois, desta forma, são anulados o critério exclusivo e o de origem, principalmente. É relevante, aliás, que insista no espectro sociolinguístico e de frequência. No entanto, Company segue opondo o espanhol da América ao espanhol da Espanha, sem levar em consideração o problema dialetal que também afeta este último país. De fato, não está nítido ao que se refere, em rigor, quando menciona o “espanhol da Espanha”; se este é sobre todo o aspecto arquitetural ou se faz menção a uma variedade diatópica específica deste “espanhol”. É possível, não obstante, deduzir que Company considerou o espanhol falado na Península como um feito arquitetural, em termos coserianos¹⁶.

Outros aspectos destacáveis da proposta de Company são os critérios que utilizou para determinar um americanismo. Esses critérios são os *vocábulos diferenciais puros* (inexistentes no espanhol peninsular geral), os americanismos de *frequência*, mais

¹⁶ O conceito de *arquitetura* em linguística foi cunhado pelo linguista norueguês Leiv Flydal (1951) e se refere às variedades de uma língua histórica (v. Kabatek, 1997, p. 216). Posteriormente, Coseriu trabalhou-o em dicotomia diante aos fatos de estrutura em uma língua (ver, sobretudo, *Princípios de semântica estrutural*, de 1977, e *Lições de linguística geral*, de 1981). Nesta distinção, a *arquitetura* é associada com a língua histórica e a *estrutura* com a língua funcional. Já nos centrando na *arquitetura da língua*, à qual menciono em referência a Company, esta se traduz como “a quádrupla perspectiva da linguagem” ou “as quatro coordenadas da linguagem”, que são o espaço, o tempo e o nível sociolinguístico (*sócio-cultural*, como Coseriu chama) e o estilo (Polo, 1992, p. 201). É o que foi entendido posteriormente como *linguística da variação ou das variedades* (na qual cabem, a partir das coordenadas da linguagem, a sociolinguística, a estilística e a dialetologia), trabalhada por Coseriu (sobretudo em seu *Sincronia, diacronia e história*, de 1957).

utilizados na América do que no espanhol peninsular, e os americanismos *semânticos*, com valores semânticos próprios na América. Por isso, acreditamos que, junto com o traço ‘caracterizador’, um dos traços que primam nessa proposta é o de frequência. A distinção teria que ser feita entre a frequência de uso, entre uma zona e outra, incluindo, nesse caso, as zonas peninsulares (v. Company, 2007, p. 32).

15.3. Uma nova proposta para trabalhar o conceito é a de José Luis Ramírez Luengo (2012), pela ótica da lexicologia, da qual compartilho. Para o autor, o *americanismo* é um conceito eminentemente dinâmico e flexível “que se caracteriza por ir se modificando com o passar do tempo e, portanto, por não englobar, em todos os momentos históricos, o mesmo inventário de unidades léxicas” (Ramírez Luengo, 2012, p. 398). Como observado, é a primeira vez que um autor trabalha com o conceito como tal e é por isso que sua proposta e distinção se tornam fundamentais. Por esse motivo, não é possível trabalhar com um único recorte sincrônico para compreender o papel do vocábulo ou o fenômeno linguístico em questão (algo que Rona [1969] já fazia referência, para poder definir e delimitar os *-ismos*). A avaliação diacrônica e a reunião de todas as fontes que se obtenham para o estudo e a análise serão necessárias para delimitar os vocábulos em rigor. Junto a isso, muitas vezes, do ponto de vista diacrônico, o fato de que o rótulo de *americanismo* (ou o *-ismo* correspondente a alguma zona diferencial hispano-americana) pode ser outorgado a um vocábulo se relacionará, em muitas ocasiões, com as dinâmicas de restrição e/ou extensão de uso em variedades do espanhol europeu ou de americanização e desamericanização (v. Ramírez Luengo 2014 e 2017). Ademais, Ramírez Luengo (2015) propõe uma taxonomia, além de classificar os vocábulos com um cotejo exaustivo, para poder chegar a um marco explicativo que evidencia cada uma das particularidades dos americanismos léxicos por uma perspectiva diacrônica.

15.4. Como uma última proposta (Chávez Fajardo, 2022), afirma-se que o conceito deve ser trabalhado pela lexicologia histórica, através de uma metodologia para determinar o que é entendido como americanismo léxico. A metodologia implica realizar um rastreamento filológico com obras dialetológicas, lexicológicas e lexicográficas de todo o *continuum* espanhol, assim como corpus e afins. Por exemplo, um grupo não minoritário de vocábulos considerados “americanismos” podem ser, além disso, vocábulos usuais em certas zonas peninsulares. Decerto: esse é outro ponto em questão, dado que muitas vezes o espanhol exemplar se funde com o espanhol falado na Espanha, sendo que muitas zonas espanholas também sofrem uma espécie de marginalização ou de silenciamento nos dicionários *oficiais* da língua (sobretudo, e não somente nos que são publicados pela RAE, no DUE, no DEA ou no CLAVE, entre outros). Deve ser realizado um estudo dessas características a partir de uma perspectiva da lexicologia histórica, e não de outra forma, com a finalidade de obter uma elucidação maior no que se refere a esse léxico característico falado na América Hispânica e de conhecer quais redes se estendem sob seus significados e transições semânticas.

16. Considerações finais

A finalidade deste artigo foi trabalhar com o conceito de *americanismo léxico*. A partir de algumas perguntas de pesquisa, o desenvolvimento do tema se centrou, sobretudo, em propor uma historiografia e uma tipologização de tal conceito. Propus, portanto, trabalhar em uma historiografia do conceito até nossos dias atuais, uma historiografia que entendo como uma reconstrução dessa concepção. Precisamente, é a partir disso que decidi propor, além de outras questões, uma tipologização de *americanismo léxico*, necessário para poder entender a diacronia e as diversas posturas e abordagens que teve. Em rigor, a ideia era renovar as historiografias clássicas, como as de Rabanales (1953), de Bohórquez (1853), de Pottier Navarro (1992) e de Donadío Copello (2005), que requeriam uma atualização. De maneira simultânea, quis voltar ao

americanismo léxico porque notei que as reclamações e as críticas a respeito da pouca delimitação e análise do conceito não somente ocorreram desde a primeira metade do século XX (Costa Álvarez, 1928), mas também continuam ocorrendo no século XXI (por exemplo, Zimmermann, 2003, ou Huisa, 2011). Isso não retira que, desde a lexicografia fundacional e os primeiros trabalhos monográficos em torno do conceito, foram detectadas algumas reflexões críticas, em essencial, no que concerne ao tratamento mais descritivo do que normativo e à relevância da história no progresso do próprio conceito. Tal foram os casos de Rivodó (1889) — quem não desdenhou da transição semântica, da polissemia e da sinonímia —, ou de Toro y Gisbert (1912), que foi o primeiro autor no rastreamento, além de outros aspectos, em compreender a relevância histórica e de trânsito de um conceito como esse.

Na construção da historiografia do conceito, *grosso modo*, passou-se da lexicologia norte-americana à hispano-americana. Destaco que, já na tradição hispano-americana, o americanismo começou a ter, sobretudo, a condição específica *exclusiva*, ou seja, um vocábulo “de/precedente” e de *uso*, principalmente, algo que continuou até meados do século XX (Santamaría, 1942). Depois disso, seguiu uma visão de uso (a partir de Gaspar y Roig, 1853; Ortúzar, 1893, entre outros). Somente a partir de meados do século XX que o conceito começou a ser objeto de estudo através da dialetologia, da lexicologia e da lexicografia. Rastreei nove propostas de definição, explicação, análise e avaliação e estudo desde essa data.

A partir da proposta de Rabanales (1953), que entendeu o *-ismo* como uma expressão originada em um lugar determinado e usada pela comunidade referida, passando pela proposta de Rona (1969), através da dialetologia, em que se busca determinar o americanismo léxico *lato sensu* a partir das zonas onde determinado vocábulo é usado e a impossibilidade de se adequar a essa proposta por não existir resultados suficientes, as propostas que se seguem são lexicográficas. Tal é o caso da ideia de Ferreccio (1978), que propôs, como método, realizar uma avaliação do todo para compreender o conceito em si. Haensch (1984), que se propôs a trabalhar o

americanismo com um critério de especificidade partindo da lexicologia e da semântica ou Werner (1994), para quem a relevância estava, na realidade, nas características do dicionário e de seus usuários para definir um americanismo.

Adiantando-se às propostas do século XXI, Bohórquez (1984) foi o primeiro em constatar que as mais variadas formas de definir um americanismo léxico ocorrem de acordo com o foco que assume. Pela dialetologia, Montes Giraldo (1995) tocará em um ponto único dentro do rastreamento do trabalho com o conceito estudado: a partir do momento em que *americanismo* se situa dentro do conjunto dos *ismos* idiomáticos, será um conceito próprio da visão eurocêntrica. Portanto, propõe manter o conceito sempre e quando estiver em dicotomia com *iberismo*. A continuação, pela dialetologia, Donadío Copello (2005), para quem é insuficiente trabalhar com o conceito de *americanismo léxico*, mais do que nada pela restrição que este gera para o estudo do espanhol americano, e propõe trabalhá-lo em sentido amplo. Na linha lexicográfica de Werner, Company (2007) buscava, mais do que entender o que é um americanismo, determinar o destinatário e a finalidade do dicionário em questão. De qualquer maneira, sua proposta de definição, fora do âmbito exclusivo e de uso, tem a ver com vocábulos, formas e construções caracterizadoras e de maior frequência.

A proposta mais próxima ao tratamento de um conceito é a de Ramírez Luengo (2012, 2014, 2015, 2017), para quem esse é um conceito dinâmico e flexível, que se modifica com o passar do tempo, algo sobre o qual Rona já falava em 1969. É um conceito que muda, em rigor, com as dinâmicas de extensão e de restrição de uso. Chávez Fajardo (2022), pela metodologia, propõe que o conceito deve ser trabalhado através da lexicologia histórica, a partir de um cotejo filológico. Com isso, retorno às reflexões de Koselleck, para quem as análises particulares de um conceito somente se unem a partir de um método histórico-filológico. As conclusões neste rastreamento conceitual têm a ver com a restrição no tratamento da sincronicidade no léxico e de uma especificidade que implica um uso exclusivo e genético, acima de tudo, para passar a entender o conceito pela semântica, pela dialetologia e, por último, em constar

a relevância da caracterização, da densidade na frequência e aceitar a flexibilidade em seu uso.

Como uma forma de sintetizar o que foi exposto, anexeí uma tabela resumida da diacronia do *americanismo léxico*. Em sua primeira evidência, na abordagem lexicográfica anglosaxônica, já era discutido a partir da *noção exclusiva* (algo que o dicionário da editora Gaspar y Roig usou em 1853, além de outras considerações). Esse é seguido por uma espécie de substituição das denominações (por razões contextuais) ao passar o conceito de *provincialismo* para *americanismo*, por mais que intelectuais como Arona criticaram esse uso ou que a edição de 1925 do *DRAE* usasse o de *regionalismo*. A noção exclusiva, assim como afirmei, era a mais usual no tratamento lexicográfico hispano-europeu finissecular do século XIX. Além dessa, outra noção determinante para poder definir o americanismo léxico foi a *noção geográfica* e de *uso* no tratamento lexicográfico hispano-americano, frequente, sobretudo, na lexicografia hispano-americana fundacional. Além de outras questões, destaco que o resgate da polissemia e da sinonímia, em um espaço ingrato de marginalização de seus respectivos conceitos até meados do século XX, começou a se esboçar na boca dos primeiros filólogos americanos (Rivodó) ou dos primeiros em se interessar no estudo do espanhol falado na América a partir da Espanha (Toro y Gisbert). Propriamente, com Toro y Gisbert, é apresentada uma nova maneira de tratar o americanismo, no qual, *mutatis mutandis*, primou a cadeia variacional e a relevância do aspecto histórico, algo em que intelectuais como Amado Alonso — para quem “a forma interior da linguagem”, de raiz humboldtiana, é a chave para iniciar os estudos sobre o americanismo léxico — ou Francisco Santamaría seguirão refletindo. Tudo isso sem o vício negativo, em que a polissemia e a sinonímia eram entendidas como barbarismos. Isso não retira o fato de que seguem aparecendo vocábulos que são vistos como um acervo de incorreções (Bayo) nesse panorama do léxico americano. Diante disso, começam a aparecer vozes críticas a respeito do *não* tratamento do conceito ao longo de todo o século XX, como em Costa Álvarez, Rabanales, Rona, Werner ou

Zimmermann. O *não* pensar no conceito tem gerado, por exemplo, uma série de subtipologizações desnecessárias, como as que se apresentam no dicionário de Segovia. Ou, por sua vez, uma série de definições impróprias, ao não trabalhar o conceito sob uma perspectiva dialetológica (Rona, 1969). A partir de meados do século XX, é que começam a proliferar as tentativas de tipologizações adequadas pelas diversas disciplinas da linguística: pela lexicologia (Rabanales, 1953; Bohórquez, 1984), pela dialetologia (Rona, 1969; Montes Giraldo, 1995, e Donadío Copello, 2005), pela metalexicografia (Ferreccio, 1978), pela lexicografia (Haensch, 1984; Werner, 1994). No entanto, é no século XXI que começam a aparecer novas abordagens, como a forma *estendida*, de Donadío Copello (2005); a noção *caracterizadora*, de Company (2007) ou, agora pela lexicologia e semântica históricas, a necessidade de estudar o conceito em diacronia (Ramírez Luengo, 2012, 2014 y 2017) e com uma metodologia que esteja conforme a um trabalho realizado a partir dessas disciplinas (Chávez Fajardo, 2022).

Referências

ALCEDO, Antonio de. Vocabulario de las voces provinciales de América. *In*: ALCEDO, Antonio de. **Diccionario geográfico de las indias occidentales o América**. Edição de Ciriaco Pérez Bustamante. Madrid: Atlas, 1967. (original de 1786-1789).

ALONSO, Amado. **Estudios lingüísticos**: Temas hispanoamericanos. Madrid: Gredos, 1953.

BAYO, Ciro. Vocabulario de provincialismos argentinos y bolivianos. **Revue hispanique**: recueil consacré à l'étude des langues, des littératures et de l'histoire des pays castillans, catalans et portugais, v. 14, n. 46, p. 241-564, 1906.

BOHÓRQUEZ, José. **Concepto de 'americanismo' en la historia del español**. Bogotá: Publicaciones del instituto Caro y Cuervo, 1984.

BUESA OLIVER, Tomás; ENGUITA UTRILLA, José Maria. **Léxico del español de América**: su elemento patrimonial e indígena. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

CHAO, Eduardo (org). **Diccionario enciclopédico de la lengua española**. Madrid: Imprenta y Librería de Gaspar y Roig, 1853. 2 v.

CHÁVEZ FAJARDO, Soledad. Americanismos, americanismo. Radiografía de una polisemia. **Chuy**: Revista de estudios literarios latinoamericanos, n. 11, p. 8-36. 2021.

CHÁVEZ FAJARDO, Soledad. **Diccionarios del fin del mundo**. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 2022.

COMPANY COMPANY, Concepción. **El siglo XVIII y la identidad lingüística de México**: Discurso de ingreso a la Academia Mexicana de la Lengua (10 de noviembre de 2005). México: Universidad Nacional Autónoma de México/Academia Mexicana de la Lengua, 2007.

COSTA ÁLVAREZ, Arturo. **El castellano en la Argentina**. La Plata: Talleres de la escuela San Vicente de Paul, 1928.

DONADÍO COPELLO, Myriam. Algo acerca de los americanismos y las regiones dialectales. In: ARÁUS PUENTE, Carlos (coord.). **Manual de lingüística hispanoamericana**. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2005. v. 2, p. 83-141.

ECHEVERRÍA Y REYES, Aníbal. **Voces usadas en Chile**. Santiago: Imprenta Elzeviriana, 1900.

FERRECCIO PODESTÁ, Mario. **El Diccionario académico de americanismos**: Pautas para un examen integral del diccionario de la lengua española de la Real Academia Española. Santiago: Universidad de Chile, Seminario de Filología Hispánica, 1978.

FLYDAL, Leiv. Remarques sur certains rapports entre le style et l'etat de langue. **Norsk Tidsskrift for Sprogvidenskap**, n. 16, p. 241-258, 1951.

HAENSCH, Günther. Miseria y esplendor de la lexicografía hispanoamericana. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA (ALFAL), 7,. 1984, Santo Domingo. **Actas [...]**. Santo Domingo: Asociación de Lingüística y Filología de América Latina, 1984. p. 333-370.

HUISA TÉLLEZ, José Carlos. **Estudio preliminar de Diccionario de peruanismos**: Ensayo filológico de Juan de Arona. 2011. Tesis (Doctorado en Lingüística Aplicada en Romanística del Español y del Portugués), Universidad de Augsburgo, Augsburgo, 2011.

KABATEK, Johannes. Dime cómo hablas y te diré quién eres: Mezcla de lenguas y posicionamiento social. **Revista de antropología social**, v. 6, p. 215-236. 1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado**: por una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. Introducción al Diccionario histórico de conceptos político-sociales básicos en lengua alemana. **Revista Anthropos** n. 223, p. 92-105. 2009.

LAPESA, Rafael. **El español moderno y contemporáneo**. Barcelona: Crítica, 1996.

MEDINA, José Toribio. **Chilenismos**: apuntes lexicográficos. Santiago de Chile: Soc. Imprenta y Litografía Universo, 1928.

MONTES GIRALDO, José Joaquín. **Dialectología general e hispanoamericana**: Orientación teórica, metodológica y bibliográfica. Bogotá: Publicaciones del Instituto Caro y Cuervo, 1995.

ORTÚZAR, Camilo. **Diccionario manual de locuciones viciosas y de correcciones del lenguaje**: con indicación de algunas palabras y ciertas nociones gramaticales. San Benigno Canavese: Imprenta salesiana, 1893.

PALTI, Elías José. Cómo decir cosas con acciones: el debate Koselleck-Gadamer y la relación entre historia conceptual e historia social. *In*: BUSTAMANTE, Guillermo; BRUNA, Carlos (org.). **Historia conceptual y politización de una teoría**. Valencia: Tirant Humanidades, 2021. p. 53-81.

POLO, José. Notas sobre la obra científica de Coseriu (2). **Estudios de Lingüística de la Universidad de Alicante (ELUA)**, n. 8, p. 201-210, 1992.

POTTIER NAVARRO, Huguette. El concepto de americanismo léxico. **Revista de Filología Española**. v. LXXII, n. 3-4, p. 297-312, 1992.

RABANALES, Ambrosio. **Introducción al estudio del español de Chile**: determinación del concepto de Chilenismo. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1953. (Anejo I del Boletín de Filología de la Universidad de Chile).

RAMÍREZ LUENGO, José Luis. Cómo el español de España genera americanismos: a propósito del americanismo puto 'homosexual'. **Lengua y Habla**, v. 18, p. 1-12, 2014.

RAMÍREZ LUENGO, José Luis. El americanismo y la historia: algunas pautas diacrónicas de creación de americanismos (léxicos). **Revista de Investigación Universidad Tecnológica de Pereira**, v. 1, n. 13, p. 114-123, 2015.

RAMÍREZ LUENGO, José Luis. El léxico en los procesos de dialectalización del español americano: el caso de la Bolivia andina. **Cuadernos del Instituto de Historia de la Lengua**, n. 7, p. 393-404, 2012.

RAMÍREZ LUENGO, José Luis. Los corpus lingüísticos en la historia del léxico: algunos datos sobre la generalización de los indigenismos antillanos en el español de España. **Études Romanes de Brno**, v. 38, n. 2, p. 101-111, 2017.

REAL ACADEMIA ESPAÑOL. **Fichero general**. [S.I]: ERA, [s. d.]. Disponível em: <https://webfrr.rae.es/fichero.html>. Acesso em: 22 ago. 2026.

REAL ACADEMIA ESPAÑOL. **Nuevo Tesoro Lexicográfico de la Lengua Española (NTLE)**. [S. I.]: ERA, [s. d.]. Disponível em: <https://apps.rae.es/ntle/SrvltGUISalirNtle>. Acesso em: 22 ago. 2026.

RIVODÓ, Baldomero. **Voces nuevas en la lengua castellana**. París: Librería española de Garnier y hermanos, 1889.

RONA, José Pedro. **¿Qué es un americanismo?** In: EL SIMPOSIO DE MÉXICO. **Actas, informes y comunicaciones**. México: UNAM-El Colegio de México, 1969, p. 135-148.

RONA, José Pedro. **¿Qué es un americanismo?** Madrid: Colección Clásicos de la ASALE, 2017. (Original de 1969).

RONA, José Pedro. El problema de la división del español americano en zonas dialectales. In: **Presente y futuro de la lengua española I**. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1962, p. 215-226.

SANTAMARÍA, Francisco Javier. **Diccionario general de americanismos**. México: Editorial Pedro Robredo, 1942.

SEGOVIA, Lisandro. **Diccionario de argentinismos, neologismos y barbarismos**. Buenos Aires: Imprenta de Coni hermanos, 1911.

TORO Y GISBERT, Miguel. **Americanismos**. París: Paul Ollendorff, 1912.

VOSSLER, Karl. **Metodología filológica**. Madrid: Imprenta Sáez hermanos, 1930.

VOSSLER, Karl. **Positivismo e idealismo en la lingüística y El lenguaje como creación y evolución**. Madrid-Buenos Aires: Editorial Poblet, 1929.

WERNER, Reinhold. ¿Qué es un diccionario de americanismos?. In: WOTJAK, G.; ZIMMERMANN, K (ed.). **Unidad y variación léxicas del español de América**. Madrid, Frankfurt am Main: Iberoamericana Vervuert, 1994, p. 9-38.

ZIMMERMANN, Klaus. Linguísticas parciales, nacionales y transnacionales: construcción y transgresión de fronteras. **Lexis**, n. 1-2, p. 503-527, 2003.

Anexo

Anexo 1: tabela resumida da diacronia do conceito de *americanismo léxico*

1. Origens: noção exclusiva na abordagem lexicográfico anglo-saxão	
1.1. John Witherspoon, 1781, <i>Pennsylvania Journal and Weekly Advertiser</i>	“A Palavra Americanism, a qual cunhei para, por exemplo, termos, e frases... originadas na expansão Americana e não Inglesa, é exatamente semelhante em sua formação e importância à Palavra Scotticism”
1.2. John Russel Bartlett, 1848 (com outras edições em 1859, 1860 e 1877)	<i>Dictionary of Americanisms</i> [Dicionário de Americanismos]
1.3 OED	“Uma Palavra ou frase particular aos, ou expandida dos, Estados Unidos; Palavra de uso comum, e, aparentemente, bem recente na Grã-Bretanha”
1.4. Dicionário da editora Gaspar y Roig, 1853	“Uso, costume, linguagem peculiar dos americanos”
2. Substituição de nomes: de <i>provincialismo</i> para <i>americanismo</i>	
2.1. Juan José de Arona, 1882	“É o momento de nos emancipar da já imprópria atribuição de <i>provincialismos</i> , que continuava sendo designada aos modismos ou idiotismos dos povoados que deixaram de ser províncias ou colônias da Espanha”
2.2 Real Academia Espanhola, <i>DRAE</i> , 1884	“Vocábulo ou modismo próprio e exclusivo dos americanos que falam a língua espanhola”
2.3. Real Academia Espanhola, 1925, <i>Advertência</i> .	“Concedeu-se, também, atenção muito especial aos regionalismos da Espanha e da América que são usados entre a população culta de cada país, vocábulos que estavam muito escassamente representados nas edições anteriores”

3. <i>Americanismo</i> hispânico: noção exclusiva na abordagem lexicográfica espanhola	
3.1 [1] Real Academia Española, 1884 [2] Zerolo, 1895	“Vocabulo ou variação de linguagem próprios e exclusivos são dos hispano-americanos”
3.2. [1] José María Sbarbi, 1897, <i>Diccionario enciclopédico hispanoamericano</i> (da Montaner y Simón editores) [2] Pagés em seu <i>Gran diccionario de la lengua castellana</i> , 1902, cita-o como autoridade	“são vocabulos e acepções que brotaram do solo americano; da mesma forma em que é possível ter certeza de que devem ser reconhecidas por vários outros <i>americanismos</i> ”
3.3. Toro y Gómez, 1901, <i>Nuevo diccionario enciclopédico</i>	“Vocabulo ou variação de linguagem próprios e exclusivos são dos hispano-americanos ”
4. A respeito dos vocabulos hispânicos com sinonímia e polissemia	
4.1. Baldomero Rivodó, 1889, <i>Voces nuevas en la lengua castellana</i>	“não deve ser um impedimento o fato de que exista outra com o mesmo valor, pois comumente a nova expressão indica alguma nuance em seu significado, ou inclusive, é mais harmônica, ou também é mais adequada do que a outra em certos casos; e ao enriquecer o idioma, isso permite ao escritor escolher, entre essas opções, a que considere mais conveniente e apropriada para seu discurso; pois não somente há de considerar os diversos significados e as diversas acepções, mas também aos diferentes usos especiais de cada expressão” (Rivodó, 1889, p. 3-4).
4.2. Miguel de Toro y Gisbert, 1912, <i>Americanismos</i>	“Mas, se não há motivo para corromper a língua, tampouco há motivo para privá-la de novos elementos capazes de enriquecê-la e embelezá-la” (“Alguns sinônimos”, 1912, p. 116)
5. Primazia da cadeia variacional e da relevância no âmbito histórico	
Miguel de Toro y Gisbert, 1912, <i>Americanismos</i>	“Não, o espanhol que agora é falado na América é quase o mesmo que é falado na Península hoje. Difere-se deste em certos detalhes: são vocabulos que mudaram de significado ao passar da Espanha para a América, a necessidade de nomear coisas novas originou milhares de neologismos, mas esses neologismos, ainda que retirados de línguas absolutamente diferentes, souberam adotar a forma dos vocabulos

	espanhóis tão perfeitamente que nos mais variados casos seriam considerados palavras genuínas do espanhol se a filologia não estivesse ali para nos enganar. Muitas palavras foram esquecidas ao cruzarem o Atlântico e foram substituídas por neologismos menos necessários, outras, já esquecidas na península ou presentes nos recantos de uma ou outra província, vivem cheias de vigor na América”
6. <i>Americanismo</i> hispânico: noção geográfica e de uso na abordagem lexicográfica hispano-americana	
6.1. Ortúzar, 1893, <i>Diccionario manual de locuciones viciosas</i>	“Em relação às que são usadas, seja em quase toda a América, seja em mais de uma república, percebemo-nas como <i>americanismos</i> ”
6.2. Echeverría y Reyes, 1900, <i>Voces usadas en Chile</i>	“ <i>Americanismos</i> , palavras que são empregadas entre nós e pela maior parte dos que habitam este Continente”
7. Atitude negativa em relação ao conceito	
7.1. Ciro Bayo, 1906, <i>Revue Hispanique</i>	“As fantasias de Sarmiento e demais corifeus hispanófbos, as pretensões de tantos americanísimos de falar e escrever na língua crioula, não passam de inocentes ostentações que caem no ridículo quando são levadas a sério. Provisoriamente, a linguagem crioula pretendida — além de alguns modismos e termos dialetais que, por designar coisas do Novo Mundo, são desconhecidas na Península —, não deixa de ser uma gororoba de anacolutos, barbarismos e outras feiuras gramaticais, ao ponto de que isso de <i>americanismos</i> passa a ter a significação que os atenienses davam ao dialeto dos habitantes de Solos”
8. A questão do conceito: não há conceito	
8.1. Arturo Costa Álvarez, 1928, <i>El castellano en la Argentina</i>	“Poderia-se pensar que todo lexicógrafo que usa o termo ‘americanismo’ fixa o valor exato deste vocábulo; não tenho encontrado ainda um deles que tenha se empolgado para tanto”
9. O problema na delimitação do conceito: Um caso	
9.1. Lisandro Segovia, 1911, <i>Diccionario de argentinismos, neologismos y</i>	1. <i>Castelhanismos e neologismos</i> : aquelas palavras que são conhecidas e assim usadas tanto na América quanto na Espanha, visto que aparecem em alguns dicionários da língua — apesar de que, muitas vezes, minhas definições sejam diferentes daquelas que foram assignadas a esses vocábulos ou tenham, além disso, outras acepções na Argentina; 2. <i>Americanismos</i> : os vocábulos que são usados na América Hispânica e que não me foi constatado seu uso na Península, e também correspondem a muitos vocábulos de origem americana;

<i>barbarismos</i>	3. <i>Argentinismos</i> : vocábulos de uso corrente na região do Rio de La Plata e casualmente no Chile também, ou exclusivamente usados na Argentina; mas que não me foi constado que sejam empregados em outras repúblicas hispano-americanas.
9.2. José Toribio Medina, 1928, <i>Chilenismos. Apuntes lexicográficos</i> .	“não é porque um vocábulo é usado em outros países que deverá ser renegado como chilenismo. Seguindo essa norma de exclusão, chegaria à situação de que passasse a ser <i>res nullius</i> . Na maior das hipóteses, por conseguinte, afetaria, simultaneamente, a aceção de argentinismo e chilenismo, por exemplo, ou, se ainda é de emprego mais geral, assumiria a aceção de americanismo.” (Medina, 1928, p. xiv)
10. Primeiras reflexões sobre o conceito na América Hispânica	
10.1. Da genética ao diassistema: Santamaría, 1942, <i>Diccionario general de Americanismos</i>	“Entendo que deva ser compreendido como <i>americanismo</i> toda entidade elocutiva — vocábulo, frase, modismo, expressão — que, com raiz e procedência na própria estrutura, na gênese, na índole da língua espanhola, constitua, por sua fisionomia ou por seu contexto, uma modalidade ou modificação, uma variante semântica, lexicológica ou ideológica — uma nova forma de ver a própria língua; mas uma variante ou uma forma peculiares da América espanhola, reservadas ao uso dessa porção do Novo Mundo que teve origem neste Continente ou que, inclusive sem ter surgido aqui, pertencem-nos pelo direito de uso comum exclusivo, ao menos quase exclusivo, e, por razão de tal sorte, tornaram-se perdidos para sua terra natal, que somente são conservados na América”
10.2. A epistemologia do conceito: Ambrosio Rabanales, 1953, <i>Introducción al estudio del español de Chile. Determinación del concepto de Chilenismo</i>	“como coletar uma terminologia com exatidão se o ponto de referência em função do qual é coletada não foi bem determinado previamente?” “não devemos esquecer de que já é bastante generalizada a veracidade de que o subentendido é um dos grandes inimigos da pesquisa e exposição científicas”
10.3. O não conceito através da dialetologia: José Pedro Rona, 1962, “O problema da divisão do espanhol americano em zonas dialetais”	Começou-se “a falar e escrever sobre o espanhol americano antes de dar a conhecer o espanhol americano”
11. Tipologizações e metodologias de estudo: segunda metade do século XX	
	Abordagens que foram realizadas: a) noção exclusiva; b) origem geográfica do vocábulo; c) difusão social do vocábulo; d) vocábulos sem

11.1. Delimitação do conceito (i) à proposta de definição (ii) e (iii): Ambrosio Rabanales, 1953	sinonímia e e) origem homogeográfica do vocábulo. “toda expressão oral, escrita ou somatolálica originada no Chile de qualquer ponto de vista gramatical, pelos chilenos que falam o espanhol como língua própria ou pelos estrangeiros residentes que assimilaram o espanhol do Chile”. “Quando em este lugar foi adquirido algum — se não for a totalidade — dos caracteres que fazem parte do objeto de estudo de qualquer uma das especialidades da gramática científica” (Rabanales, 1953, p. 38)
11.2. Do ponto de vista da dialetologia e com a isoglossa como unidade de distinção: Rona, 1969, “O que é um americanismo?”. Americanismo como um fato linguístico, em vez de um fato de linguagem	1) Ocorre em toda a América e em nenhuma parte da Espanha; 2) Ocorre em toda a América e em parte da Espanha; 3) Ocorre em parte da América e em parte da Espanha; 4) Ocorre em parte da América e em toda a Espanha. Se não tem sido possível encontrar as características determinantes de um <i>espanhol americano</i>, “talvez seja melhor que reflitamos, e que não falemos mais em <i>americanismos</i>” (Rona, 2017 [1969], p. 57)
11.3. Uso a partir do rastreamento e varredura para tratar a cadeia variacional até elaborar uma proposta pela ótica da lexicografia: Ferreccio, 1978, <i>El Diccionario académico de americanismos. Pautas para un examen integral del diccionario de la lengua española de la Real Academia Española</i>	“[os dicionários diferenciais] devem recolher as expressões da área explorada em sua integridade e sem exclusão”; “[formas] desligadas do contexto tradicional hispânico e em conflito com este por sua fisionomia prosódica, que altera profundamente a distribuição dos fonemas, isto é, sua frequência de emprego e as combinações que entram, de tal maneira que a fala é tingida de inflexões inusuais. Aliás, tais formas procedem de línguas, digamos, de substrato, ou seja, pertencentes a povos incorporados às nacionalidades hispânicas e cujos falantes não se consideram como próprios de áreas de outras línguas de cultura, quer dizer, como ‘estrangeiros’; por isso, essas formas são acolhidas de forma bem receptiva e inclusive vão sendo incrustadas na norma exemplar. Por outro lado, o falar americano se desenvolveu desvinculado às experiências do existir peninsular, que iam decantando em suas próprias falas, e cultivou, então, sua própria bagagem de ‘arcaísmos’ e germinou seu próprio quadro de ‘inovações’.”
11.4. Delimitação de acordo com o ponto de vista (i), o que leva a uma proposta de tipologização (ii) [e um adendo a Rona (iii)]: Bohórquez, 1984, <i>Concepto de ‘americanismo’ en la historia del español</i>	[americanismo] “de acordo com o ponto de vista que se queira destacar nas unidades léxicas do espanhol americano”; 1. O critério de origem; 2. Conceitos típicos de América Hispânica; 3. Uso; 4. Frequência de uso; 5. Extensão geográfica; 6. Número de falantes que usam determinado vocábulo. Complemento da proposta de Rona: 5) Ocorre em parte da América e em nenhuma parte da Espanha.

11.5. Da ótica da lexicografia, uma proposta de delimitação a partir da especificidade (i); o que leva a três definições do conceito (ii, iii, iv): Haensch, 1984, “Miséria e esplendor da lexicografia hispano-americana”	Distinção entre vocábulos totalmente diferenciais (signo); vocábulos com um tipo de transição semântica específica (significado); vocábulos com variantes no nível do significante; estrangeirismos não usados na Espanha; arcaísmos peninsulares e vigentes na América ou americanismos comuns a mais de uma determinada zona linguística, entre outras possibilidades. <i>americanismo</i> entendido como todos os vocábulos e locuções de significado unitário <i>usados</i> em áreas linguísticas povoadas da América Hispânica e que não pertençam ao espanhol geral, nem que sejam exclusivas da Espanha. <i>americanismo</i> entendido como as palavras e locuções que ocorrem na América Hispânica com um conteúdo semântico distinto ao que é aceito pelo dicionário acadêmico como vocábulo geral. Quando a área linguística se circunscreve a um único país da América Hispânica, o vocábulo ou locução admitida se designará sob os nomes de <i>argentinismo</i> ou <i>chilenismo</i>, por exemplo.
11.6. Da ótica da lexicografia: pensar no destinatário (i) e revisar a ontologia do conceito (ii) até a elaborar uma proposta de classificação (iii): Werner, 1994, “O que é um dicionário de americanismos?”	“A seleção da informação que vai ser apresentada em um dicionário do espanhol americano ou em um dicionário de americanismos não depende do que ‘é’ um <i>americanismo</i>, mas, em primeiro lugar, dos destinatários e da finalidade da obra lexicográfica” “É estéril procurar, de maneira nominalista, a “essência” do americanismo e investigar a ontologia do que deveria corresponder à expressão ‘próprio dos [...]’. É melhor aceitar que os termos <i>espanhol americano</i>, <i>espanhol chileno</i>, etc. e os termos <i>americanismo</i>, <i>chilenismo</i>, etc. são empregados com definições divergentes, desde que não seja simultaneamente e desde que seja explicado univocamente ao que se referem”. Critérios de classificação: 1) Enciclopédico; 2) Origem dos elementos léxicos e 3) Critério de uso
12. Além da questão do conceito: não há delimitação.	
12.1. O diferencial como um problema: Werner, 1994, “O que é um dicionário de americanismos?”	“É precisamente sintomática a abundância de dicionários de americanismos, chilenismos, cubanismos e outros tais -ismos e isso deve chamar a atenção sobre a falta de dicionários do espanhol americano, chileno, cubano, etc. no sentido de ter um Webster hispano-americano”.
12.2. Colonialismo nominal pela ótica de dialetologia: Montes	Do momento em que <i>americanismo</i> se situa dentro do conjunto dos <i>ismos</i> idiomáticos, “classificam o que, de algum modo, parece marginal [...] Portanto, é um termo próprio da visão eurocêntrica, <i>vindo da</i>

Giraldo, 1995, <i>Dialectología general e hispanoamericana</i>	Espanha”. (Montes Giraldo, 1995, p. 153) O conceito pode ser mantido sempre e quando se opuser ao <i>iberismo</i> .
12.3. [Novamente] Não há delimitação: Zimmermann, 2003, “Linguísticas parciais, nacionais e transnacionais: construção e transgressão de fronteiras”:	[os estudos anteriores] não partiram de uma concepção bem racional e fundada de <i>americanismo</i> , de um lado, ou <i>colombianismo</i> , <i>chilenismo</i> , etc., de outro. Nem foram cumpridas as pretensões de indicar a restrição do uso de muitas palavras dentro de um certo território. Não estavam baseadas em pesquisas sistemáticas e em comparações múltiplas com outros países, mas somente no conhecimento individual, restrito e não controlado de cada lexicógrafo (Zimmermann, 2003, p. 72).
13. Maneiras de abordar o conceito: século XXI	
13.1. Da ótica da dialetologia: ir além do americanismo léxico: Donadio Copello (2005)	Americanismos léxicos; americanismos fônicos; americanismos morfossintáticos e americanismos idiomáticos. Precisa delimitar o conceito de espanhol da/na América pela ótica da dialetologia para trabalhar com o conceito de americanismo léxico. É deficitário trabalhar com o americanismo léxico: “no sentido amplo, quer dizer, entendê-lo como qualquer fenômeno da língua, não apenas léxico” (Donadio Copello, 2005, p. 138)
13.2. O aspecto caracterizador, a frequência e o uso como semas fundacionais: Company, 2007, <i>El siglo XVIII y la identidad lingüística de México</i>	“o conjunto de vocábulos, formas ou construções que são caracterizadoras da fala urbana, popular ou culta ou ambas, [...] e cujo uso muito frequente e cotidiano distancia a variante americana em relação ao espanhol peninsular”
13.3. Conceito dinâmico e flexível (i) que deve ser trabalhado pela perspectiva da diacronia e em dinâmicas semânticas (ii): Ramírez Luengo, 2012, 2014, 2017	<i>Americanismo</i> como conceito eminentemente dinâmico e flexível “que se caracteriza por ir se modificando com o passar do tempo e, portanto, por não englobar, em todos os momentos históricos, o mesmo inventário de unidades léxicas” (2012). o fato de que pode ser outorgado a um vocábulo o rótulo de <i>americanismo</i> (ou o <i>-ismo</i> correspondente a alguma zona diferencial hispano-americana) se relacionará, em muitas ocasiões, com as dinâmicas de restrição e/ou extensão de uso em variedades do espanhol europeu ou de americanização e desamericanização (2014, 2017)
13.4. A necessidade de	Uma questão de metodologia: deve-se realizar um rastreamento

uma metodologia (i) e a necessidade de trabalhar com o conceito pela ótica da lexicologia histórica (ii). Chávez Fajardo, 2022	filológico com obras dialetológicas, lexicológicas e lexicográficas de todo o <i>continuum</i> espanhol, pois um grupo não minoritário de vocábulos consideradas “americanismos” podem ser, além disso, vocábulos usuais em certas zonas peninsulares onde não se fala um espanhol estandar. Portanto, deve ser realizado um estudo dessas características a partir de uma perspectiva da lexicologia histórica, e não de outra forma, com a finalidade de obter uma elucidação maior no que se refere a esse léxico característico falado na América Hispânica e de conhecer quais redes se estendem sob seus significados e transições semânticas.
--	--

Artigo recebido em: 20.07.2026

Artigo aprovado em: 09.09.2026